

Estado vai ser compensado por perdas do Fundap

Líder do governo no Senado afirmou que o ministro Guido Mantega vai negociar alternativas para as perdas de receitas

Marcos Rosetti
BRASÍLIA

O senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, disse ontem, durante sessão da CCJ, que o Espírito Santo será recompensado por eventuais perdas causadas pelo fim do Fundo para o Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap).

Segundo ele, o acordo é para adotar uma alíquota de 4%, sem a possibilidade de os estados oferecerem alíquotas diferenciadas, ou seja, promover a guerra fiscal.

Afirmção foi após intervenção do senador Ricardo Ferraço (PMDB), que questionou a votação do PRS 72/11, que uniformiza as alíquotas do ICMS nas operações interestaduais e que acaba com o Fundap.

O Ministro da Fazenda Guido Mantega, no final da reunião, disse que governo deverá reforçar investimentos, em infraestrutura, por exemplo, nos estados que perderem com as novas regras como Espírito Santo, Santa Catarina e Goiás. Mas Mantega não quis chamar esses investimentos de “compensações”.

“O governo está analisando medidas compensatórias para os estados que serão prejudicados”

Eunício Oliveira, senador



SENADOR RICARDO FERRAÇO defende que a proposta não seja analisada isoladamente no Senado

No caso do Espírito Santo, a Petrobras deverá instalar uma fábrica de fertilizantes, que já estava nos planos da estatal.

“Vivemos uma crise mundial e o Brasil não obteve o crescimento que se desejou. O governo está analisando medidas compensatórias”, garantiu Eunício Oliveira.

Ferraço apresentou requerimento para audiência pública na CCJ, a ser realizada nos dias 20 e 22. O senador, que é relator do projeto na Comissão, queria a realização de uma terceira audiência que foi negada pelo presidente.

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), autor do projeto, informou que, antes da

primeira audiência pública, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, deverá se reunir com governadores e parlamentares do Espírito Santo, de Santa Catarina e de Goiás — estados que devem perder arrecadação com a uniformização do ICMS — para discutir compensações e saídas econômicas.

Questionado se essas medidas seriam diretas com investimentos nos estados, ele disse que não: “Não, essa compensação seria por mecanismos indiretos”.

TRAMITAÇÃO

Ferraço voltou a defender que a proposta não deveria ser analisada isoladamente pelo Senado, mas ao

OS NÚMEROS

20 e 22

são os dias da audiência pública

4%

é o valor da alíquota de ICMS que o governo quer fixar

lado de outras demandas em tramitação, e questionou os argumentos do governo de que a redução da alíquota do ICMS vai contribuir para o crescimento da economia do País.

Mais prazo para negociar partilha dos royalties

Instalada ontem pelo presidente da Câmara Federal, deputado Marco Maia (PT-RS), o Grupo de Trabalho dos Royalties, composto por 11 deputados, terá 30 dias para oferecer parecer sobre o projeto 2.565/11, que redistribui a riqueza do petróleo.

Com isso, o Espírito Santo ganha mais prazo para negociar um acordo que reduza suas perdas devido a mudança da lei. Com a mudança, o Estado perderá este ano R\$ 557 milhões.

Deputados de estados não produtores terão igual número de membros, cinco. O relator é o deputado Carlos Zarattini (PT-SP), que falou que pretende evitar a judicialização do caso:

“Vamos buscar uma solução que contemple os dois lados”, disse, anunciando para a semana que vem a primeira reunião.

Já na instalação da comissão, os deputados divergiram sobre quem deveria participar.

Houve veto ao nome do deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), e tentativa de aumentar para 12 o número de integrantes.

Também ontem, a deputada Rose de Freitas (PMDB) foi ao Supremo Tribunal Federal pedir ao ministro relator Luiz Fux uma liminar para suspender a tramitação do projeto pela Câmara. Segundo ela, o ministro ficou de examinar a questão.

MEMBROS DA COMISSÃO

ESTADOS PRODUTORES

- ▶ ANTHONY Garotinho (PR)
- ▶ HUGO Leal (PSC)
- ▶ LEONARDO Picciani (PMDB)
- ▶ ROSE de Freitas (PMDB)
- ▶ LELO Coimbra (PMDB)
- ▶ MAIS um deputado do Rio de Janeiro a ser definido

ESTADOS NÃO PRODUTORES

- ▶ LUIZ Alberto (PT-BA)
- ▶ ESPERIDIÃO Amin (PP-SC)
- ▶ JÚLIO Cesar (PSD-PI)
- ▶ MARCELO Castro (PMDB-PI)
- ▶ OSMAR Júnior (PCdoB-PI)